

As metrópoles do pensamento urbano latino-americano Reflexões para uma teoria urbana do processo de metropolização

Luiz Cesar de Queiroz Ribeiro¹

“O imperialismo cultural repousa no poder de universalizar os particularismos associados a uma tradição histórica singular, tornando-os conhecíveis como tais”. (Bourdieu; Wacquant, 2002: 15).

Resumo

Parece haver um consenso na literatura sobre as particularidades da urbanização na América Latina. Particularidades que foram pensadas a partir de uma dualidade (forças internas e forças externas) sustentada em concepções teóricas como a teoria da urbanização dependente, teoria do capitalismo periférico ou fordismo periférico. Neste *paper* procuraremos pensar a metropolização na América Latina através da ótica dos conceitos de economia-mundo e sistema inter-estatal de Arrighi e Braudel. Visamos, portanto, construir um mapa da produção intelectual sobre o tema da metropolização e assim oferecer uma direção para uma teoria urbana da América Latina. As possibilidades de enfrentarmos o desafio de construir uma teoria urbana passam por três atitudes possíveis: a primeira é política, a segunda, epistemológica e a terceira, teórica. Para pensar essa teoria, consideramos importantes as proposições teóricas de Raewyn Connell acerca de uma conversa teórica com uso de várias vozes. A socióloga australiana propõe um caminho para enfrentar os efeitos da *razão imperialista* e sua lógica de imposição de agendas científicas sem riscos de cairmos na concepção de uma teoria das singularidades locais dos territórios e das populações da periferia do capitalismo. Ao final, procurei sugerir uma forma de compreensão do processo de metropolização que abre a possibilidade de escapular de armadilhas teóricas (universalidade/ particularidade) que impelem frequentemente os teóricos da América Latina para espaços cognitivo-ideológicos de dominação através de categorias, conceitos objetos e problemas científicos, pela via da importação de teoria do Norte.

Palavras-Chaves: América Latina, Teoria Urbana, Metropolização.

Abstract

It seems to me there is a consensus in the literature about the particularities of Latin-American urbanization. These particularities were thought by the duality (inner forces and outer forces) based on theoretical conceptions as the theory of dependent urbanization, theory of peripheral capitalism or peripheral fordism. In this paper, we will try to think the metropolization in Latin America through the lens of concepts of world-economy and interstate system of Arrighi and Braudel. Thus, we aim to build a map of intellectual production about the issue of metropolization, and, in that way, to offer a direction to an urban theory of Latin America. The possibilities to face the challenge of

¹ Professor titular do IPPUR/UFRJ (Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional / Universidade Federal do Rio de Janeiro). Coordenador Nacional do Observatório das Metrópoles, IPPUR/UFRJ. Bolsista de produtividade em pesquisa do CNPq. Pesquisador Associado do Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa.

build an urban theory involve three possible attitudes: the first is politic, the second is epistemological and the third is theoretical. To think about this theory, we consider important the theoretical propositions of Raewyn Connell about a theoretical controversy using many voices. The Australian sociologist proposes a way to face the effects of imperialist reason and its logic of imposition of scientific agenda without the risk of falling in the conception of a theory of local singularities of territory and population in periphery of capitalism. At the end, we will try to suggest a way to comprehend the metropolization process that open the possibility to escape from theoretical pitfalls (universality/particularity) that often drive Latin American theorists to cognitive-ideological spaces of domination using categories, concepts and scientific problems of theory imported from the North.

Key Words: Latin America, Urban Theory, Megapolization

1. Introdução: teoria da metropolização na metropolização do conhecimento

É possível construir um pensamento sociológico autônomo das relações de poder e, por este motivo, mais apropriado para a compreensão de nossa realidade?

Esta pergunta emergiu em alguns países e, pouco a pouco, vem mobilizando a *intelligentsia* dos países periféricos. O livro “*Southern Theory: The Global Dynamics of Knowledge In The Social Sciences*” da socióloga australiana Raewyn Connell ilustra como a sociologia produzida no norte por três celebrados autores (Bourdieu, Giddens e Coleman) é limitada para a reflexão da realidade do sul. Raewyn Connell (2007) argumenta que o texto de Coleman ignora a experiência da colonização. Já Giddens produziu uma teoria do tribal e da classe de sociedades divididas, mas nenhuma teoria da colonização. O conceito de “habitus” desenvolvido por Pierre Bourdieu foi fundado, segundo Raewyn, em sociedades que adquiriam elevados graus de homogeneidade cultural e de diferenciação social. Por outro lado, segundo essa autora, a maioria da força de trabalho global envolvida na produção da ciência social encontra-se no Norte, assim como as instituições com fundos para incentivar a pesquisa neste campo e com poder para regular a transferência e circulação dos conhecimentos, conceitos e informações produzidas. Connell (Idem) exemplifica essa busca por compreensão.

Enquanto isto, no Sul os cientistas sociais continuam a expressar em suas pesquisas a força das orientações teóricas e conceituais dos centros mundiais localizados nas metrópoles do conhecimento. Para Connell (2007), os efeitos desta hegemonia é que os fluxos de conhecimentos ocorrem esmagadoramente do Norte para o Sul, sustentados por um falso sentido de universalidade. A socióloga menciona a existência de uma *Global geo-epistemological ‘top-heaviness’*.

Pensamos que o enfretamento desta hierarquia precisa ser feita com base em um mútuo processo de aprendizagem na escala planetária. Ao mesmo tempo, é

necessário que nós pesquisadores do Sul busquemos documentar os povos que têm sido deixados de fora das narrativas hegemônicas da história e da modernidade e construir uma pesquisa com a intenção de transformação política. Seria preciso também maior articulação dos pesquisadores do Sul com a finalidade de redesenhar os circuitos hierarquizados através dos quais o conhecimento circula de maneira unilateral na escala planetária.

Outro exemplo desta inquietação é o seminário organizado em março de 2011 em Cap Town pelo *African Center for Cities*, no quadro do acordo intergovernamental de colaboração IBAS – Índia, Brasil e África do Sul. A finalidade desse evento foi iniciar uma articulação entre instituições destes países para a construção de uma teoria crítica e produção de conhecimento sobre a urbanização a partir da perspectiva do Sul. Neste evento, discutiram-se a importância na viabilização desta intenção, a realização de estudos comparativos como estratégias de contestação e a superação da hegemonia da cultura acadêmica dos países do norte, tema sobre o qual pretendemos tecer alguns comentários propositivos ao final do presente texto.

A preocupação em construir uma teoria latino-americana em diálogo com as teorias dos países centrais não é nova na América Latina. Pode ser encontrada no pensamento social latino-americano, na voz e nos escritos de Raúl Prebisch, quando formula sua teoria do centro-periferia com objetivo de explicar as assimetrias estruturais engendradas pela lenta difusão do progresso técnico como concepção crítica à teoria corrente dos desequilíbrios dos balanços de pagamentos. Posteriormente, Celso Furtado desdobrará este modelo. Na década de 1980, esta preocupação esteve presente em vários eventos.

Penso que estamos de volta a este projeto (ou proposta) intelectual-político com a realização deste seminário, retomando agora o tema da teoria urbana. Minhas contribuições aqui são mais modestas. Objetivamos reconstruir o mapa da produção intelectual sobre o tema da metropolização na América Latina ocorrida em um período no qual as condições materiais que presidiam a relação econômica e política com os países do Norte do globo permitiram a construção de um pensamento social latino-americano.

Frequentemente nós olhamos nossos países na ótica do espelho do próspero sobre o qual nos falou Richard Morse (1988). Por esta razão, muitas vezes pensamos a nossa realidade através de três espécies de sociologia: a sociologia da incompletude, a sociologia da desproporção e/ou a sociologia da hibridez. O fundamento é a existência de um imaginário coletivo presente no campo do pensamento erudito segundo o qual estaríamos com nosso relógio gregoriano atraso.

No Brasil, esta percepção deu nascimento a uma teoria conhecida como das “ideias fora do lugar”. Por um lado, porque desde sua etapa inicial de formação os intelectuais nativos olhavam a sociedade brasileira sob o prisma da cultura europeia produzida sob os impactos culturais da industrialização, urbanização e modernização.

Com base no modelo europeu, que muitos julgaram universal, não conseguiram ver outra coisa na América Latina senão uma sociedade agrária, escravista e/ou tradicional. Por outro lado, as “ideias fora lugar” colocaram os intelectuais brasileiros na situação de tomar a realidade histórica particular dos europeus (posteriormente dos estadunidenses) como algo universal. É por esta razão de se ter aceitado essa universalidade da teoria dos intelectuais do Norte que se continua a utilizar adjetivos que buscam identificar estes particularismos. É assim que temos olhado vários aspectos do desenvolvimento econômico, social, político e cultural dos países latino-americanos: o liberalismo que identifica o Estado forte como ator da realização de seu ideário, os modernistas que vão buscar na tradição a nossa possibilidade de expressão autêntica da modernidade, a classe empresarial que busca manter o Estado burguês como patrimonialista, a industrialização que conserva o feudalismo, o desenvolvimento que conserva o subdesenvolvimento.

Da mesma maneira, os projetos políticos em nossos países são orientados por esta percepção de defasagem histórica. Essas propostas defendem que devemos acertar o nosso tempo conforme o relógio da história universal.

De fato, temos dificuldades de perceber que fazemos parte de uma “história universal” que nos particulariza. O universal e o particular fazem parte de uma mesma história. Esta dificuldade decorre de uma experiência histórica, especialmente, dos intelectuais que estão inseridos em uma temporalidade própria da produção da cultura como um fato universal e universalizador. Mas, como sugerem Pierre Bourdieu e Löic Wacquant, no trecho com o qual abri este artigo, há uma razão imperialista que impõe este jogo de espelho. Razão imperialista que sempre esteve presente na produção cultural na América Latina e na produção da formação intelectual sobre as cidades, desde os anos 1920, como demonstra os estudos de história do pensamento urbano na América Latina. Em pesquisa realizada na nos anos 1980, com efeito, tivemos a oportunidade de identificar os fluxos de ideias, conceitos, teorias e projetos urbanos da Europa e, particularmente da França, para a América Latina nos últimos decênios do século XIX e nos primeiros do XX. (Ribeiro y Pechman, 1996).

A circulação internacional naquele momento tinha, contudo, duas características distintas das que hoje podemos presenciar. Havia um jogo duplo de espelho, pois a circulação correspondia, por um lado, à esperança dos produtores da

Europa de experimentar no “novo mundo” as ideias e os ideais de modernidade projetada, contra as quais se opunham as estruturas tradicionais do “velho mundo”, pelo fato do “novo” continente ser concebido como sociedades em movimento, em construção. Por outro lado, as ideias e os ideais foram recebidos pelas elites intelectuais e profissionais da época em função de necessidades políticas e sociais. As sociedades latino-americanas conheciam os primeiros sinais de transformação com o surgimento da questão social, do movimento operário em alguns países, a urbanização e a aceleração da sua modernização. Estas duas características presentes na circulação cultural, naquele período histórico, conduziram-nos a pensar o processo simultaneamente como exportação/importação e empréstimo/tradução.

Hoje, a circulação se caracteriza por fortes assimetrias entre o Norte e o Sul, o que justifica a ideia de uma razão imperialista dos países que dominam a ordem mundial e, conseqüentemente, exercem o poder de hegemonia cultural. Como observaram (Bourdieu y Wacquant, 2002), este poder agora se exerce pela capacidade que têm as universidades dos países centrais de legitimar os temas e maneiras de pensar. Essa legitimidade tem origem nos confrontos de intelectuais nestas sociedades que buscaram justificar seus “universais teóricos”. Conhecimento, contudo, *des-historizados*. Nas palavras daqueles dois sociólogos franceses, este poder de hegemonia cultural se exerce pela construção e difusão de:

Esses lugares comuns, no sentido aristotélico de noções ou de teses com as quais se argumenta, entretanto sobre as quais não se argumenta, ou, em outras palavras, estes pressupostos da discussão que permanecem indiscutidos devem parte de sua capacidade de convicção a que circula dos colóquios universitários aos livros de êxito, de revistas semiespecializadas aos informes dos especialistas consultores, dos relatórios de comissões às capas de revistas, estão presentes em todas as partes simultaneamente, desde Berlim a Tóquio e desde Milão a México, e contam com o poderoso apoio e refúgio desses lugares supostamente neutros que são os organismos internacionais - como OCDE ou a Comissão Européia e os centros de estudos e de assessoria em políticas públicas como o Adam Smith Instituto e a Fundação Saint-Simon. (Bourdieu y Wacquant, 2002:15).

Completando esta ideia, podemos ainda acrescentar que a circulação Norte-Sul das ideias e dos ideais tinha como justificativa a adesão encantada dos protagonistas por estarem envolvidos ainda no projeto iluminista de transformação do mundo. Já que, naquele momento, a ação de exportação/importação e de empréstimo/tradução se conectasse com a constituição de poderes de um lado e outro do mundo. Hoje os produtos da produção e circulação mundial da cultura erudita se

constituem como mercadorias, o que nos permite pensar na *macdonaldização* das ideias e dos ideais.

Este ponto de partida pode nos oferecer uma direção na empreitada de buscar as bases de uma teoria urbana para a América Latina. Não devemos defender o objetivo de buscar as nossas singularidades históricas e culturais, como já foi no passado a direção de várias formações culturais em muitos países do continente. Uma ciência latino-americana nos parece fora de propósito, pois seria negar a própria possibilidade da existência de uma ciência da sociedade.

Seria um empreendimento intelectual semelhante ao historicismo alemão (*Historische Schule der Nationalökonomie*) que, como já sabemos, foi uma escola de pensamento que defendia o estudo da história como a principal fonte de conhecimento sobre as ações humanas e sobre matérias econômicas. Isso porque a economia seria dependente da cultura e não podendo ser, portanto, tomada como universal no espaço ou no tempo. Esta concepção se expressa pela rejeição da ideia de que teoremas econômicos podem ser universalmente válidos. Nossa tentação é grande, em razão da nossa política que ainda guarda semelhança com a da Alemanha que somente tardiamente se constituiu como Estado-Nação e se industrializou.

Tampouco se trata de apenas pensar nossa realidade como a particularização de um universal. Esta forma de percepção é muito corrente no debate latino-americano e está fortemente presente como orientação teórica e epistemológica no campo dos estudos urbanos. Neste caso, o perigo é tomarmos a história do desenvolvimento do capitalismo como universal e orientar nosso olhar para responder às razões pelas quais este universal não se repete de forma homóloga no continente. Esta concepção também é grande, pois quando olhamos a formação do capitalismo na América Latina encontramos muitos elementos empíricos e históricos que parecem autorizar e legitimar a percepção de que somos a particularização de um universal.

No campo do pensamento marxista, esta concepção está fundada na distinção, ao nosso ver, equivocada entre o modo de produção capitalista e formação social capitalista. Isso nos levou a identificar a formação social capitalista inglesa como paradigma teórico. Não é por outro motivo que as questões presentes na nossa agenda intelectual entre os anos 1950 e 1970 se unificavam em torno de uma imaginária *cidade latino-americana*, utilizando as idéias de Adrián Gorelik (2005). Este imaginário coletivo, mais ou menos comum, organizava-se em torno das polêmicas das interpretações teóricas sobre as nossas particularidades históricas a partir das posições marxistas em contraposição, em suas várias vertentes, com as teses cepalinas, a teoria da modernização, a teoria da dependência, entre outras.

Este debate girava em torno da interpretação dos nossos particularismos históricos, sempre tendo o modelo histórico inglês como universal. As relações sociais no campo se caracterizavam (ou não) em um modo feudal de produção? Tivemos (ou não) uma Revolução Burguesa na América-Latina? A estrutura social conformada nas cidades se caracterizou como dual? Tínhamos (ou não) uma marginalidade urbana no sentido empregado por Quijano (1973), massa marginal ou excessivo exército industrial de reserva proposto por Kowarick (1975; 1979)? O sistema urbano nos países latino-americanos expressava uma macro-encefalia urbana, conforme defendeu Castells (1973) e Singer (1973)? As lutas nas cidades foram movimentos sociais ou formas de ação de classe no sentido de Touraine (1976) ou de Moisés y Martinez-Aalier (1977)?

2. Para uma Teoria da Metrópole: rientações políticas, epistemológicas e teóricas

As possibilidades de sairmos destes impasses e enfrentarmos o desafio de construir uma teoria urbana da América Latina passa por três atitudes possíveis. A primeira é política, a segunda é epistemológica e a terceira, teórica.

A política empreenderia uma sociologia crítica da circulação internacional e assimétrica das ideias e dos ideais dos países do Norte para o Sul, com o objetivo de entender os mecanismos, instituições e processos pelos quais, em nosso campo, os problemas de pesquisa, categorias e conceitos são exportados e como são absorvidos e impostos como naturalmente universais. Podemos perguntar-nos: como a razão imperialista constrói uma agenda de pesquisa, enfoques teóricos e conceituais pelas práticas da violência simbólica que operacionalizam mecanismos seletivos de temas e problemas legítimos e ilegítimos a serem pesquisados nas várias formações intelectual-acadêmicas presentes nos países latino-americanos?; como atuam, nestes mecanismos seletivos, os processos de socialização acadêmica em nossos países que ligam nossas universidades, da graduação à pós-graduação, às universidades americanas e européias?; e também como estes mecanismos seletivos atuam através das instituições *think tanks* que, produzindo os “conhecimentos e as informações” demandados pelos gestores das novas políticas urbanas, recompensam e legitimam a transformação do intelectual (no sentido forte desta categoria francesa surgida no século XIX) no dublé pesquisador-consultor?

Teríamos, talvez, que alocar nossos investimentos acadêmicos na realização de uma sociologia do mercado editorial acadêmico em nossos países e em suas conexões mercadológicas mercado americano e europeu. Não apenas no que concerne às editoras, mas também às revistas científicas. Deveríamos ainda ampliar nossas capacidades de reflexão para além dos campos acadêmicos, universitários e editoriais que podemos claramente identificar como conservadores ou liberais. Isso se estivermos interessados em pensar nos efeitos da lógica imperialista na imposição/absorção destas ideias e dos ideais supostamente universalistas. Muitas instituições acadêmicas e editoriais do chamado campo do “pensamento crítico” exercem papel de mecanismo seletivo, transformando uma realidade histórica em fenômeno universal.

Outra dimensão da atitude política é ter como referência um projeto utópico, pois não há teoria que não esteja dialogando, de maneira implícita ou explícita, com outro tipo de sociedade. Assim tem sido a dinâmica da produção científica nas ciências sociais. Esta utopia está presente desde os fundadores deste campo de produção de conhecimento na forma recorrente de polaridades que remetem simultaneamente ao passado e ao futuro. Comunidade/sociedade (Durkeim, Tönnies), Razão Encantada/razão instrumental ou Valor/interesses (Weber), Capitalismo/socialismo (Marx) são exemplos significativos que transformaram estas formulações teóricas em modos de pensar o mundo historicamente significantes, ao menos no ocidente. A importância das utopias subjacentes nas teorias expressadas nestas dualidades e autores foi suprimida, posteriormente, como resultado da institucionalização do conhecimento como campos acadêmicos e universitários. Na luta pela legitimidade neste campo, tornava imprescindível justificá-las pela linguagem e pelos modos expositivos e retóricos próprios ao poder neste campo: neutralidade, objetividade e positividade.

Em nosso campo do pensamento urbano ou urbanístico, as utopias não apenas são explicitadas particularmente como elementos constitutivos, mas também como utopias urbanas que até os dias atuais se apresentam como distintas das correntes de pensamento e como portadores de projetos políticos distintos. Funcionalismo, racionalismo, modernismo e culturalismo não são apenas referências a modos legítimos de pensar o mundo, mas modos legítimos de transformar o mundo. Recentemente esta questão mereceu a atenção de autores de trabalho intelectual urbano, já que os livros de David Harvey (2003) e Borja (2003) passaram a circular com muito impacto no continente latino-americano.

Harvey teoriza sobre o tema, mencionando o papel das utopias na construção do sentido de futuro com o qual podemos pensar o presente: “*não como um fantástico molde utópico, mas mediante transformações tangíveis das matérias primas que recebemos no estado atual*” (Harvey, 2003: 221). Identifica, na história da ideia dos tipos de pensamento utópico, uma orientação para as formas espaciais e outra para os processos sociais. Após fazer um balanço sobre os limites e possibilidades de cada um deste tipo de pensamento utópico, Harvey permite pensar o futuro realizando efetivamente as promessas de mudanças da sociedade atual na direção da reprodução da vida ao invés da eterna reprodução das desigualdades e das ameaças. É exatamente isso que propõe o conceito de utopismo dialético.

Outros autores, embora com menos impacto acadêmico, têm investido nesta direção em nossos países latino-americanos. Não são poucos os pesquisadores, intelectuais, acadêmicos e militantes que têm (re)produzido pensamentos a partir de análises da realidade urbana e metropolitana e se baseando em conceitos como Reforma Urbana e Direito à Cidade.

E não nos referimos apenas aos mais recentes. Nos anos 1960 e 1970, esta concepção utópica já se apresentava no debate latino americano sobre a urbanização. Na famosa coletânea “*Imperialismo y Urbanización en America Latina*”, organizada por Manuel Castells, por exemplo, Jorge Hardoy e Oscar Moreno republicaram o artigo “*Primeiro Passos de la Reforma Urbana En America Latina*”, anteriormente difundido na revista EURE no ano 1972. Não deixa de nos fazer pensar o fato deste artigo, mais claramente expressando um pensamento propositivo aparecer na referida coletânea como o último capítulo de uma obra justificada, em suas primeiras linhas, como tendo objetivo de se colocar em oposição a uma outra utopia, qual seja, a da modernização denominada como ideologia. A obra pretendia submeter a análise crítica do conhecimento científico àquela ideologia, ao expressar uma defesa da utopia do desenvolvimento nacional contra o imperialismo reprodutor do subdesenvolvimento.

Fechando este ponto da nossa reflexão, poderíamos então perguntar se é necessária uma utopia para orientar a produção teórica sobre a metropolização da América Latina. Caso a resposta seja positiva, qual utopia seria capaz de nos orientar?

No Brasil, país em que vivo e desenvolvo pesquisas, o pensamento sobre a metrópole se orienta estreitamente pelos ideais do projeto de reforma urbana do direito à cidade. Tal projeto se institucionalizou na Constituição de 1988 e na Lei Federal de 2001, conhecida como Estado da Cidade o qual rege que a cidade deve funcionar segundo o princípio da *função social* em contraposição à mercantilização e à privatização. Desde a Argentina, sob a liderança de José Luis Coraggio, vem-se

desenvolvendo, por crescente fundamentação e sofisticação teórica, o conceito utópico-teórico de economia social que expressa esperanças e expectativas de uma metrópole organizada e funcional capaz de atender aos imperativos societários da reciprocidade e da redistribuição. Neste caso, também em contraposição ao mercado. Entre estes dois projetos existem, como sugeriria Max Weber², muitas afinidades eletivas. Mas há ainda importantes diferenças de compreensão sobre a questão urbana nas grandes cidades e, sobretudo, sobre as estratégias de enfrentamento traduzidas em propostas de políticas.

Colocar como ponto de partida a utopia, não significa, de forma alguma, secundarizar a tarefa de construção de uma teoria e, em especial, de sua utilização na compreensão dos problemas das metrópoles da América Latina. Trata-se de enfrentar um triplo desafio epistemológico. O primeiro é fugir da dualidade singularidade-particularidade e enfrentar os mecanismos seletivos que tendem a nos impor realidades historicamente delimitadas como universais e teóricas através do princípio epistemológico segundo o qual qualquer proposição de teoria com pretensões universais se diferencia da descrição do mundo, por ser uma das possibilidades de descrição e de conhecimento do mundo, cuja efetivação somente se realiza quando mergulhamos na particularidade do mundo na busca da sua compreensão enquanto tal.

Vale a pena lembrar as observações de Pierre Bourdieu (1996) ao pronunciar uma conferência no Japão sobre a sua concepção de espaço social, construído a partir da sua análise particular da sociedade francesa. Naquela ocasião, o sociólogo lança ao público uma pergunta sobre como seria a pertinência da proposição teórica para entender a sociedade japonesa. Depois de fazer algumas considerações epistemológicas sobre a teoria, Bourdieu expressa a sua visão sobre o universal e o particular. Esse questionamento me parece útil nesta reflexão sobre a construção de uma teoria urbana sobre a metrópole na América Latina. Porque Bourdieu expressa com clareza a sua concepção do conhecimento produzido por práticas cujo traço principal é a luta pelo conhecimento com o sentido prático³.

² Ver Weber, 2004.

³ Bourdieu diz que “[...] eu não gostaria [...] de ser lido como um “teórico” puro: os conceitos que proponho não são o produto de uma partenogênese teórica e foram construídos, com frequência, ao preço de um grande esforço, para resolver problemas inseparavelmente empíricos e teóricos.”
“Se posso fazer um voto, é o de que meus leitores, especialmente os mais jovens, que começam a se envolver em pesquisas, não leiam esse livro como um simples instrumento de reflexão, um simples suporte da especulação teórica e da discussão abstrata, mas como uma espécie de manual de ginástica intelectual, um guia prático que é preciso aplicar a uma prática, isto é, a uma pesquisa prazenteira, liberta de proibições e divisões e desejosa de trazer a todos esta compreensão rigorosa do mundo que, estou convencido, é um dos instrumentos de liberação mais poderosos com que contamos [...] todo o meu empreendimento científico se inspira na convicção de que não podemos capturar a lógica mais profunda do mundo social a não ser submergindo na particularidade de uma realidade empírica, historicamente situada e datada, para construí-la, porém,

O segundo desafio é construir um pensamento científico, mas axiologicamente orientado, como propunha Weber (2001). Ou seja, um conhecimento que expresse um dos pontos de vistas históricos significativamente presentes nas correntes culturais das sociedades latino-americanas, mas que se organize com bases nos princípios “científicos”. O conhecimento axiomático não significa um conhecimento com juízos de valores, fato que expressaria a construção normativamente argumentada, ou seja, não deduzir fatos de valores e tampouco o seu contrário. O que nos parece interessante em Max Weber (idem) é sua observação acerca do esforço de constante autocrítica.

Escolhido um ponto de vista a partir do qual o problema de conhecimento será construído, o estudo deverá seguir cânones “da ciência” tais como conhecemos⁴. Neste desafio, adquire relevância a primeira orientação mencionada anteriormente, bem como a discussão sobre a construção da utopia como fundamento da teoria urbana para a América Latina.

O terceiro e último desafio seria assumir uma concepção plural na interpretação do fenômeno metropolitano na América Latina como expressão do desenvolvimento geográfico desigual do capitalismo. Aqui será importante considerar as reflexões de David Harvey, publicadas em um texto mais ou menos recente, sobre os desafios teóricos colocados ao conhecimento adequado do desenvolvimento geográfico desigual, tendo em vista a dinâmica econômica contemporânea do capitalismo, buscando a articulação de 4 matrizes teóricas trabalhadas de formas separadas e, muitas vezes, antagônicas: histórico-difusionista, construtivismo, ambientalistas e geopolíticas⁵.

Interessam neste trabalho as duas primeiras matrizes identificadas por Harvey, posto que expressam duas maneiras distintas de interpretação do processo de metropolização na América Latina. Já a segunda é mais reconhecível no debate que se organiza em torno dos “modelos” organizados a partir do debate polarizado pela concepção cepalina e a teoria da dependência.

Com efeito, sirvimo-nos das palavras de Harvey segundo o qual os argumentos construtivistas focam no “desenvolvimento dos subdesenvolvidos”. As práticas de exploração do capitalismo, apoiadas em atividades políticas, militares e geopolíticas

como “caso particular do possível”, conforme a expressão de Gaston Bachelard, isto é, como uma figura em um universo de configurações possíveis.” (Bourdieu, 1996).

⁴ Ao tratar de um modelo metodológico, Weber (2001) faz uma observação importante. Para ele, na esfera das ciências sociais uma demonstração metodicamente correta, que pretende ter atingido seu objetivo, deve ser reconhecida como exata da mesma maneira por um alemão e um chinês.

⁵ Ver Harvey (2007).

das nações mais poderosas se manifestam na exploração imperialista colonial ou neocolonial de territórios, populações e subculturas. Esse processo está na base do desenvolvimento geográfico desigual. Como resultado, há diferentes padrões de exploração. Desde exploração de populações e de recursos à exploração de terras. A interpretação histórico-difusionista trata, por sua vez, do desenvolvimento político-econômico dos países capitalistas avançados (do Ocidente) como motor do capitalismo que envolve todos outros territórios, culturas e lugares. E abrange também os diferentes caminhos adotados no progresso econômico, político, institucional e intelectual.

O desenvolvimento geográfico desigual é interpretado como um processo diferenciado de difusão a partir de um centro que deixa por trás resíduos de eras precedentes ou se encontra com áreas de resistência para o progresso e modernização que o capitalismo promove. Adoto o termo *capitalismo histórico*⁶ proposto por Wallerstein (1985) para identificar a corrente de pensamento que usarei na “seção 4”. Lá então proporemos uma forma de compreensão do processo de metropolização que abre a possibilidade de escapular das armadilhas teóricas (universalidade/particularidade) que nos impelem frequentemente para espaços cognitivo-ideológicos de dominação através de categorias, conceitos objetos e problemas científicos do norte, pela via da importação teórica. Ao mesmo tempo, penso que esta concepção teórica permitirá construir um caminho de enfrentamento dos efeitos da *razão imperialista* e sua lógica de imposição de agendas científicas sem os riscos de cairmos na concepção de uma teoria das singularidades locais dos territórios e das populações da periferia do capitalismo, como penso estarem presentes nas proposições defendidas por Raewyn Connell.

Esta questão surgiu no famoso seminário realizado em 1989 em Quito sobre a Investigação Urbana na América Latina, posteriormente publicado em 3 volumes com uma introdução na forma de balanço das reflexões elaborada por José Luis Coraggio na qual ele registrava. “*Se importaram objetos de studios y sus correspondientes metodologias y conceptos operativos, se importó la definición de los problemas*

⁶ Acho que a seguinte citação pode ajudar aos colegas a melhor lembrarem da concepção de Wallerstein sobre o seu conceito de capitalismo histórico. “Muito se tem escrito sobre o capitalismo, entre marxistas e outros na esquerda política, mas a maioria desses livros sofre de uma ou outra falha. Um tipo é constituído basicamente de análise lógico-dedutivas, que partem de definições do que supõem ser o capitalismo na sua essência e, a seguir, observam o quanto ele se desenvolveu em diversas épocas e lugares. Um segundo tipo se concentra sobre as supostas transformações principais do sistema capitalista a partir de algum momento recente no tempo, onde todo momento anterior serve como modelo mitologizado contra o qual se confronta a realidade empírica atual.

“O que me parece urgente, uma tarefa para a qual, em certo sentido, tem se dirigido o conjunto do meu trabalho recente, é ver o capitalismo como um sistema histórico, na totalidade de sua história e na sua realidade concreta única. Portanto, coloco-me a tarefa de descrever esta realidade, delineando precisamente o que esteve em contínua alteração e o que nunca se alterou de modo algum (de modo a poder designar toda a realidade sob o único nome).” (Wallerstein, 1985)

científicos (independentemente) de la peculiaridad de los problemas sociales) y también las jerarquizaciones entre problemas.” (Coraggio, 1989: XX).

Estou consciente de que a categoria “*capitalismo histórico*” não dá integralmente conta da totalidade das nuances teóricas da análise teórica do desenvolvimento do capitalismo dos autores com os quais vou dialogar a fim de aventar uma concepção alternativa à compreensão do processo de metropolização. Creio, contudo, haver forte afinidade eletiva no sentido weberiano do termo. Esta concepção postulada neste texto, como alternativa, parece-me muito fértil e, por isso, poderá amparar quatro orientações teórico-metodológicas que estão presentes em minha experiência à frente do Instituto Observatório das Metrôpoles. Gostaria de enunciá-los da seguinte maneira:

1. Como resgatar os processos históricos concretos da metropolização dos nossos países e suas regiões não apenas como contextos explicativos, mas como variável explicativa das modalidades, ritmo, características, consequências, sem contudo cair na tentação da prática de um historicismo-individualizante?
2. Em função desta preocupação, como empreender estudos comparativos que capturem estas dimensões históricas em modelo comparativo coerente e apropriado em que pesem explicações simultaneamente diacrônica e sincrônica dos processos de metropolização?
3. Como com base nestas orientações, definir uma estratégia de pesquisa empírica que, além de “investigar rigorosamente as diferenças específicas”⁷, sejam elas quantitativas ou qualitativas, nos oferecem conhecimento sistemático dos casos, se nunca sabemos se as conclusões são efetivamente comparáveis e tampouco se podem compor um quadro mais amplo da compreensão dos processos, seu desenrolar etc.
4. Por fim, como entender o processo de metropolização na América Latina no quadro de transição histórica do capitalismo que atravessamos desde a segunda metade dos anos 1970, cujas marcas principais é a retomada do pleno poder global das forças econômicas e políticas do capital, de seu fundamento central, das modalidades “primitivas” de reprodução do capital, conceituada por David Harvey como acumulação por espoliação. (Harvey, 2005). Esta transição vem sendo descrita através do termo neoliberalismo, com grande ressonância na academia e nas várias esferas da ação política, mas pela sua imprecisão não permite pensar que por ele estamos nomeando processos de mercantilização e comercialização de culturas, territórios, natureza, instituições, enfim diversos âmbitos da reprodução da vida que desconstrói sistemas de proteção, regulação esferas, mas que se materializa de maneira espaço-temporal desigual, heterogênea, ambígua e até mesmo conflitante em termos de lugares, territórios e escalas. Alguns analistas têm proposto o termo neoliberalização para destacar o caráter histórico-processual desta nova etapa de mercantilização do capitalismo em razão dos movimentos de resistência

⁷ como propunha Coraggio (1990), mas sem cair em um empiricismo-individualista que preocupa com “descrição infinita das singularidades”, mas que gerando em “descrever as infinitas”, segundo a crítica de (Topalov, 1996: 164)

amparados nos sistemas proteção nacional e sociais anteriormente construídos pelo próprio capitalismo. Como pensar esta transição nas metrópoles da América Latina que conheceram o desenvolvimento do capitalismo praticamente organizado pelo mercado, embora possamos identificar diferenças históricas em função do que chamaremos neste trabalho de matrizes socioculturais.

Desde de logo, é importante alertar ao eventual leitor destas notas para o fato de não encontrar no presente texto uma proposta teórica-metodológica que resolva estas questões. Esta é uma tarefa coletiva para cuja realização este seminário poderá muito contribuir.

Antes de apresentar a concepção que nos interessa neste trabalho, dedicaremos a parte a seguir à apresentação sintetizada de como percebo as várias interpretações do processo de metropolização da América Latina que identificaremos como integrado à categoria construtivista de interpretação do processo de metropolização. Classificamos essa corrente de interpretações como estruturalista-dedutiva.

O que nos interessa não é apresentar um estado da arte das interpretações, como recomendou os organizadores do presente seminário, mas apenas construir um ponto de vista do qual possamos tentar esclarecer o lugar teórico a partir do qual propomos uma interpretação.

3. Metropolização: interpretações estruturalistas-dedutivas

Há um consenso na literatura sobre as particularidades da nossa urbanização quando comparada com o que ocorreu nos países europeus e nos Estado Unidos: a) a velocidade e intensidade da transferência da população do campo para a cidade; b) a constituição de um processo de metropolização precoce gerando um uma rede urbana desarticulada; c) desassociação entre urbanização e industrialização gerando uma cidade marcada pela informalidade, irregularidade e precariedade em termos das condições habitacionais e urbanas de vida; d) segregação residencial e desigualdades sócio-espaciais; e) ausência de planejamento.

Estas particularidades foram pensadas na dualidade das forças internas e forças externas, na qual as concepções teóricas foram a teoria da urbanização dependente e a teoria do capitalismo periférico. Uma terceira teoria foi a do fordismo

periférico como aplicação da teoria da regulação para explicar o desenvolvimento do capitalismo no Brasil.

3.1. A Metrópole Dependente

Em um artigo produzido recentemente, Pedro Arantes (2009) observou a ascensão de Manuel Castells enquanto intelectual marxista que pensou nos anos 1970 as cidades da América Latina. A urgência política daquela década colocou Castells na condição de principal intérprete marxista da urbanização latino-americana. Devido a sua ascensão dentro dos estudos urbanos, Castells pôde influenciar e direcionar o olhar de outros intérpretes marxistas que tiveram ponto de encontro no Chile, entre 1970 e 1973, na condição de exilados políticos e simpatizantes do governo socialista de Salvador Allende. Ali se encontra a conexão entre os intérpretes que formulavam hipóteses para urbanização latino-americana. O sociólogo espanhol Manuel Castells ficou responsável pela publicação do livro *Imperialismo e Urbanização na América-Latina*, que se transformaria num marco para crítica marxista sobre o problema do rápido crescimento urbano latino-americano ou o “inchaço” urbano. Na busca de resposta para a rápida urbanização, Castells pensa, sem conhecer profundamente as particularidades históricas de cada cidade latino-americana, esse fenômeno como um problema derivado de um processo de “urbanização dependente”.

A partir dali, Castells e outros intelectuais (como Anibal Quijano, Fernando Henrique Cardoso) que pertenciam à CEPAL defenderão que uma industrialização com baixa capacidade de absorver os trabalhadores migrantes produz um descompasso entre urbanização e proletarização. Para Arantes (idem), aqueles intelectuais serão responsáveis por uma teoria de classe diferente da marxista convencional. Eles observam uma estratificação social nova: os “marginais”, migrantes que não encontram trabalho no núcleo hegemônico. Tais marginais representam mais do que lumpen ou exército industrial de reserva. Constituem um verdadeiro pólo na estrutura econômica. São instáveis, irregulares e precários. Ocupam posições no setor terciário, em serviços subalternos e informais.

Castells e Quijano se apresentam, naquele momento, como a principal resposta alternativa ao pensamento liberal, bem como ao marxismo europeu. Castells fundamenta o conceito de “marginalidade”, que surgia atrelada diretamente à nova fase de dominação imperialista e monopolista na América Latina. Em suas discussões, o conflito central não é aquele observado pelos marxistas convencionais (entre o

capital e o trabalho), mas entre trabalhadores em ação coletiva e o Estado em sua ideologia planificadora. Olham, portanto, a produção industrial, com suas estratégias de localização e infra-estrutura, como capaz de interferir na dinâmica regional.

Paul Singer, economista urbano que pertencia ao Cebrap, foi um dos intelectuais de esquerda que permaneceram no Brasil durante o Golpe Militar. Singer, como intelectual de esquerda, foi fortemente influenciado pela sociologia francesa, mas também indiretamente pelas ideias de Castells. Naquele livro organizado por Castells, há um capítulo de Paul Singer no qual busca, através de um exercício metateórico, examinar premissas teóricas sobre as críticas da urbanização na América Latina. Singer (1973) examina ali as contribuições de Manuel Castells e Aníbal Quijano.

Paul Singer percebe que tanto Castells como Quijano defende a urbanização na América Latina como decorrente da dominação capitalista comercial e imperial. Castells enfocou a urbanização da América Latina articulando-a primeiro com colonialismo, depois com o imperialismo. Ao tomar por base essas correlações, Castells defenderá a urbanização da América Latina como um fenômeno social específico, acreditando possuir “uma marca comum”, uma mesma fonte de determinação social. Resumidamente, Castells acreditava que a urbanização colonial fora determinada pela política e pelas necessidades das potências dominantes.

Já Quijano não realiza análise histórica muito diferente de Castells. Para ele, os focos principais do desenvolvimento urbano durante os primeiros séculos de colonização se concentraram sobre a base da prévia existência de sociedades indígenas desenvolvidas. A urbanização, inclusive no período colonial, foi condicionada pela localização e pela disponibilidade de recursos naturais, pela topografia das diferentes regiões, que condicionou também a rede de comunicação.

Mais tarde, Castells reconheceria que, após a independência política e a inserção da América Latina no mercado capitalista mundial, houve uma forte diversificação da dependência com o surgimento de modalidades como economia de enclave, economia agrícola e pecuária para exportação, economia de *plantation*, dando lugar a uma forma específica de urbanização, isto é, uma urbanização muito débil. Já Quijano defende que o crescimento da produção industrial e o crescimento urbano demográfico marcharam de maneira muito desnivelada. Como se pode notar, Quijano coloca muitas fichas na expansão industrial urbana como canal efetivamente constitutivo de integração da sociedade.

Não obstante em Quijano se observe certa e limitada apologia do capitalismo nacional, que supõe uma relativa autonomia, eleva demasiadamente a influência e o

poder do capital estrangeiro sobre aquele último. Na concepção dele, os grupos empresariais monopolistas operam em função das necessidades econômico-sociais da reprodução do capital e, por isso, esquecem da população.

Depois da II Guerra Mundial, os estados na América Latina foram perturbados e, no final, pervertidos pelo restabelecimento de relações de dependência com os países desenvolvidos. Segundo Castells e Quijano, o processo de industrialização nacional reforçou consideravelmente as aglomerações existentes e acelerou o crescimento urbano, provocando fluxo migratório e urbanização excessivos. A modernização dos aparatos produtivos dos países dependentes se deu, portanto, mediante a intervenção de grandes firmas multinacionais cujas decisões eram tomadas em função de uma estratégia mundial e cuja lógica escapava à economia do país. Compreende os efeitos desreguladores no interior de cada sociedade a partir dos interesses das grandes firmas e a longos prazos.

Segundo Singer (1973), Castells e Quijano trataram o capitalismo nacional dos países da América Latina como produtor de uma urbanização equilibrada. Não obstante, a penetração do capital estrangeiro perverteu esse equilíbrio. Se, para ambos, a urbanização não era excessiva, passou a ser. Se antes a população que migrava para cidade era integrada social e economicamente, passou a cair na marginalidade. Castells e Quijano defendem, confiantemente, o capitalismo como produtor das distorções.

Na análise de Singer, Castells considerou a urbanização na América Latina como acelerada por não conseguir evitar um desnível entre o fraco desenvolvimento das forças produtivas e rápida concentração espacial da população. Formou-se assim uma rede urbana truncada e desarticulada. Rede essa que não deu conta de hierarquizar as aglomerações de acordo com a divisão técnica das atividades.

Segundo Pedro Arantes (2009), Castells e Quijano se colocaram, muitas vezes, numa posição dualista ou funcionalista. Porque defenderam ortodoxamente que uma industrialização com baixa capacidade de absorver os trabalhadores migrantes acaba sempre por produzir um descompasso entre urbanização e proletarianização.

3.2. A Metrópole do Capitalismo Dependente.

O que chama a atenção é Paul Singer publicar, no próprio livro organização por Castells, um capítulo o qual pode ser considerado como uma antítese à tese da urbanização dependente de Castells e Quijano.

Singer (1973) reconhece que o império inglês interveio em muitas lutas travadas na América Latina. Todavia, considera exagerado admitir a tese de Castells e Quijano segundo a qual a determinação das fronteiras políticas da América Latina resultou de diversas situações de dependência capitalista-comercial. Singer parece não negar que as oligarquias rurais, base de tantos estados nacionais da América Latina, resultaram de longo processo de lutas de classe, com auxílio do imperialismo. Muitos momentos decisivos da história dos países latino-americanos foram frutos das lutas de classe, em cujo desenlace pesou sobre todas as condições internas. Para ele, contudo, o que importa principalmente é determinar quais foram os fatores decisivos no desenvolvimento da história latino-americana deste período.

No entendimento de Singer, o nível de abstração adotado por Castells não era adequado para se cogitar que a urbanização fora determinada pela dependência. A crítica de Singer é fundamentada no método proposto por Marx (1982) para análise da sociedade moderna segundo o qual toda investigação precisa começar do real, do concreto, das categorias mais simples para as mais abstratas. Ao partir de totalidades como população, nação ou Estado, chegar-se a uma visão muito caótica do todo. O concreto, para Marx, precisa ser tratado como o verdadeiro ponto de partida. Castells acabou, portanto, caindo na armadilha que Marx negava, qual seja, começar sempre por uma totalidade mais abstrata como divisão internacional do trabalho. O foco escolhido por Castells parte da consequência e não da causa

Com base na hierarquia das relações no quadro da sociedade moderna, as relações “campo-cidade” tratadas por Singer são categorias mais simples do que, por exemplo, as categorias “divisão internacional do trabalho” e “trocas internacionais” privilegiadas por Castells⁸.

Para Singer, a urbanização em si na América Latina nada teve de excessiva. Na realidade, foi reflexo do desenvolvimento das forças produtivas:

“Es preciso notar que la velocidad del proceso también sufre la influencia del crecimiento de la población, que se aceleró em América Latina después de la Segunda Guerra Mundial, y de los factores de expulsión que actúan en las zonas rurales produciendo flujos de migración urbana” (Singer, idem: 294).

A acelerada urbanização na América Latina é considerada por Singer como o resultado da ação conjunta de fatores de pressão da população sobre a terra, mas

⁸ No plano de Marx, há uma hierarquia das relações no quadro da moderna sociedade burguesa, mais ou menos semelhantes em todas as formas de sociedade. Categorias abstratas que constituem a estrutura interna da sociedade e sobre as quais assentam as classes fundamentais seguem: Capital, trabalho assalariado, propriedade fundiária; as suas relações recíprocas; cidade e campo; as três grandes classes sociais e a troca entre elas; a circulação e o crédito privado. Estado e suas relações consigo mesmo: as classes improdutivas; os impostos; a dívida pública; o crédito público; a população; as colônias; e a emigração. Relação internacional de população; a divisão internacional do trabalho; a troca internacional; a exportação e a importação; os câmbios. E, por fim, o mercado mundial e as crises.

também de expulsão. Singer quer demonstrar que, em um processo de industrialização, uma determinada área pode ser menos atrativa para o capital do que outra. Se isso ocorre, a área menos atrativa perde a concorrência para aquela mais atrativa do ponto de vista racional do capitalismo e sofre consequências sérias. Sua população empobrece relativamente e o nível de vida populacional permanece baixo. As oportunidades econômicas quase inexistem. A consequência disto será a expulsão de migrantes. *“Os fatores de expulsão que levam às migrações são de duas ordens: Fatores de mudança e fatores de estagnação”* (Singer, 1987: 38). O primeiro faz parte do próprio processo de industrialização e decorre da implantação de relações de produção capitalistas. Essas, ao passo que buscam cada vez mais mão-de-obra qualificada, descartam um quantitativo desqualificado, obrigando-o a buscar novos meios de sobrevivência.

Para Singer (1973: 295) *“nada de isto tiene que ver necesariamente com la dependência”*. A urbanização pode ser um aspecto necessário do desenvolvimento das forças produtivas, cuja intensidade é refletida pelo ritmo de crescimento das cidades. Além disso, a urbanização pode também refletir a incapacidade do sistema para responder positivamente ao desafio representado pelo crescimento da população.

Por isso, a concentração urbana e primazia metropolitana reaparecem na argumentação de Singer como falsos problemas. Sua eventual correção demanda apenas certo perfeccionismo do aparato de planificação territorial, nos limites do sistema. É preciso não assimilar os desníveis que se originam da super-concentração urbana aos que se derivam da concentração de capital. Estas últimas são, para Singer (idem), contradições centrais do capitalismo contemporâneo.

A conclusão a que chega Singer é de que a presença do capital estatal no “setor hegemônico” não foi casual na América Latina. Deve-se a uma política posta em prática por numerosos países, os quais tiveram por objetivo não permitir ao capital estrangeiro a condução exclusiva do processo de industrialização. Procurar novas formas de controle sobre o capital estrangeiro foi outra faceta da mesma política. Como a formação de empresas mistas com participação de capital privado estrangeiro e nacional, e de capital estatal.

De fato, houve uma luta para controlar o setor hegemônico. Nos países que iniciaram sua industrialização mais recentemente, depois de 1950, a presença do capital estrangeiro foi, conforme sustenta Singer (idem), mais ativa desde o início. O mesmo não ocorreu nos países que presenciaram a industrialização há mais tempo, como o Brasil. O desenvolvimento “precoce” do capitalismo monopolista na América Latina deve-se a numerosos fatores. Um deles remete à dependência em termos de

inovação tecnológica. Porque quase todas as inovações foram trazidas de países capitalistas adiantados. As firmas multinacionais detiveram elevado poder de competência monopolista, já que o custo de produção de inovação tecnológica é relativamente elevado.

Para a construção desse argumento, Singer recorre à teoria da tendência declinante da taxa de lucro de Karl Marx (O Capital III). Para ele, as indústrias não se interessaram pela taxa média de mais-valia, mas por uma taxa média de lucro a qual não é senão uma relação do excedente dividido pela soma do capital constante mais o capital variável. Essa relação forma o que Marx chamou de composição orgânica do capital.

Se os capitalistas estivessem interessados em taxa média de mais-valia não procurariam fazer investimentos em novas tecnologias (máquinas, equipamentos, ou seja, em capital constante). As indústrias sempre procurarão através da pesquisa descobrir novas tecnologias e mantê-las em segredo. Até que outras indústrias tenham acesso a essa nova tecnologia, o capital constante da indústria pioneira na inovação terá sofrido um acréscimo significativo, de modo que poderá dominar a indústria retardatária. Com o aumento na dimensão ótima da unidade do processo de produção, o capital maior derrubará ou dominará o menor.

Essa tendência ilustra um fenômeno intrínseco ao capitalismo, já enunciado por Marx: a centralização. Como os países desenvolvidos estão sempre em condição superior de desenvolver novas tecnologias, os países da América Latina, imersos no sistema capitalista, estarão sempre numa condição de desvantagem e vulnerabilidade.

Embora Singer admita significativas relações causais entre dependência e marginalização, essas relações precisam ser estudadas e analisadas de modo mais adequado em um nível mais concreto. Conforme Singer já salientara, há vários outros fatores que influenciaram no desenvolvimento, na urbanização e na marginalidade em sociedades como as latino-americanas.

3.3. A MetrÓpole do Fordismo Periférico

O economista francês Alain Lipietz (1989) faz uma investigação na história do pensamento econômico a fim de encontrar as características do processo de urbanização que se instalou nas cidades da América Latina durante o período posterior à II Guerra Mundial. Lipietz se dedica a duas evoluções divergentes, mas que

tiveram “combustível” para ação semelhante: França e Itália na Europa, por um lado, e o Terceiro Mundo, por outro.

Entre os anos 1945 e 1955, segundo Lipietz (1989), a França e a Itália eram países quase subdesenvolvidos. Receberam um fluxo maciço de créditos e de doações dos EUA para se equiparem. As classes dirigentes foram enviadas ao EUA, onde receberam curso para administrar um novo modelo de desenvolvimento capitalista: o fordismo. Vinte anos após, as estruturas sociais e geográficas desses dois países foram completamente transformadas. Planejadores regionais prognosticavam uma explosão da metrópole parisiense e de algumas outras grandes cidades que absorviam o êxodo rural. Todavia, essas hipóteses não se confirmaram. Na Itália, da mesma forma, não ocorreu uma urbanização excessiva. Ao contrário, o fenômeno reverteu-se nos anos 60, em benefício de uma urbanização difusa.

Nos anos 60, alguns países do Terceiro Mundo também receberam, como França e Itália outrora, transferência de créditos e de tecnologia proveniente do fordismo central. A Itália, por exemplo, se “beneficiou” de uma forma de industrialização nacionalista durante os 20 anos de fascismo mussoliano. Na América Latina, nada impedia que o getulismo brasileiro e o peronismo argentino de seguirem o mesmo caminho. Todavia, a mesma fórmula que era veneno para o desenvolvimentismo latino-americano, mostrou-se como remédio para o desenvolvimento na Itália. Todavia, no Terceiro Mundo o processo de industrialização foi acompanhado por uma agricultura que não criava tanto emprego como os setores industriais e terciários daqueles países europeus.

O modelo fordista francês, como todo fordismo central, realizou uma redistribuição dos ganhos de produtividade entre todas as classes sociais, rurais e urbanas. Ao passo que no caso de um país tão grande como o Brasil, seu imenso mercado oferece margem de manobra para desenvolver um regime verdadeiramente “autocentrado”.

Lipietz chama a atenção para um ponto dessa “margem de manobra” que o Terceiro Mundo oferece.. Quando um país conta com 120 milhões de pessoas, basta que 20% dessa população (24 milhões de pessoas) apropriem-se de dois terços da riqueza para que se constitua um mercado. Essa porcentagem de pessoas com condição de consumir os bens de consumo duráveis e mesmo de luxo será equivalente ao de um país médio da Europa ocidental. Segundo a lógica do sistema, comparativamente há uma equivalência no número de consumidores de um grande país e de um país pequeno europeu.

Logo, a metropolização explosiva não é senão a marca espacial de uma polarização social explosiva. Essa industrialização acompanhada de explosão urbana é conceituada como "fordismo periférico".

Nas duas evoluções, as mesmas causas não tiveram os mesmos efeitos. Isso conduz Lipietz a levantar a hipótese de que isso aconteceu porque as causas não eram exatamente semelhantes, nem eram idênticas as condições da acumulação.

Para o economista, na América Latina, houve duas tentativas de programar uma política de substituição de importações. Na primeira, aproveitando-se da grande crise dos anos 30, os regimes populistas da América Latina inauguraram a "estratégia de substituição de importações". Esperavam aplicar essa tática para estimular a produção de bens duráveis e de capital. Não obstante, essa primeira tentativa não obteve êxito.

Já nos anos 1960, esses países reaplicaram a política, mas sem muito êxito, já que o modelo fordista não se completou totalmente. Naquele período, o Fordismo, como uma estratégia, passou por grandes dificuldades e mostrou-se incapaz de inserir-se no "círculo virtuoso" do fordismo central. Há três razões para isso, na opinião do autor.

A primeira se refere ao processo de trabalho. Aqueles que implementaram essa política desconsideraram a necessidade *a priori* de relações sociais de trabalho compatíveis com o novo modelo de produção social. Os países da América Latina não possuíam uma classe operária experimentada e qualificada ou mesmo pessoal de apoio necessário para aplicar os modos de produção fordistas. Além disso, a incorporação de novas tecnologias através da importação de máquinas não saldava a defasagem tecnológica, pois tecnologia não é um recurso transferível.

A segunda razão se refere aos mercados. A regulação "monopolista" ficou reduzida à administração marginal de lucro e da moeda de crédito. Foram raros os casos de ampliação significativa do poder de compra do operário e do camponês. Os mercados permaneceram limitados às classes médias e superiores.

Por fim, as trocas externas que o autor julga como a terceira razão. Para ele, o aumento muito rápido do volume de investimentos e, portanto, das importações não foi compensado pelo crescimento das exportações de matérias-primas. A política de substituição de importações defrontou-se com a barreira do déficit do comércio exterior e do endividamento, acompanhado por uma inflação interna, tal como ocorreu no caso do Chile. Essas condições fomentaram uma "dependência" real.

O autor lembra que mesmo nos países da OCDE, a revolução fordiana não foi feita em um só dia.

Na concepção de Lipietz, durante o processo de difusão-integração internacional das relações capitalistas nos anos 60, faltou à América Latina a existência de regimes políticos, cujas classes dirigentes dispunham de uma mão-de-obra "livre " e que optavam por apostar nesse jogo.nenhuma das condições foi encontrada na América Latina.

Antes de mais nada, Lipietz quer entender por que razão as metrópoles "explodiram" nos países do "fordismo periférico" dos anos 70 e não ocorreu o mesmo na Europa do pós-guerra. A razão desse descompasso é atribuída tanto aos limites específicos às condições políticas, sociais e econômicas dos países latino-americanos quanto aos limites intrínsecos ao modelo fordista. Lipietz chega ao mesmo denominador comum de Paul Singer, quando nota que os campos na América Latina expulsaram a população, algo que não ocorreu na França e na Itália, pois seus campos conseguiram retê-la de maneira mais eficaz. O fordismo não teve êxito nos países do Terceiro Mundo que já passavam por uma fase de explosão demográfica e só conseguiu, portanto, adequar-se às metrópoles centrais e em condições históricas específicas.

3.4. A Metrópole das Transições

Nos anos 80, Alejandro Portes (1989) desenvolveu um estudo sobre a América Latina, onde procurou comparar tendências com o que foi produzido pela literatura anterior sobre a evolução da urbanização latino-americana. A América Latina, na concepção dele, experimentara um rápido processo de urbanização distorcido em decorrência do subdesenvolvimento.

Para sua experiência comparativa, Alejandro Portes selecionou três países da América Latina. Uruguai e Chile porque foram países cujo processo de industrialização e de urbanização ocorreu cedo. Neles, o surgimento do proletariado urbano foi acompanhado pelo sistema de bem-estar social e legislação trabalhista. O crescimento desses países se concentrou, segundo o sociólogo, nas cidades capitais, gerando por isso altos níveis de primazia urbana. O terceiro país escolhido foi a Colômbia para o qual teve padrão de desenvolvimento industrial, urbanização e regulação de mercado trabalhista próprios. Era o único caso na América Latina, que segundo Portes, com ausência acentuada de primazia urbana.

Alejandro Portes (1989) chama a atenção para o que ele considera um processo de mudança que ocorreu nas cidades latino-americanas nos anos 1970:

Desaceleração da primazia urbana. Para Portes, houve um crescimento rápido das cidades secundárias. As mudanças se manifestaram em países com níveis distintos de desenvolvimento e em países com diferentes sistemas políticos. O mais curioso nessa observação de Portes é que ela vai fortemente de encontro com as observações dos intelectuais marxistas que se concentraram na Cepal nos anos 1970.

Conforme procuramos demonstrar acima, Castells (1973), Quijano (1973) e Singer (1973 y 1987), embora esse último discorde daqueles dois no que tange às causas da urbanização na América Latina, todos defendem um processo de urbanização concentrado nas principais cidades latino-americanas.

A análise de Portes, sem dúvida, trilha um caminho oposto ao escolhido pelos intérpretes marxistas da urbanização latino-americana que se reuniram nos primeiros anos 1970 no Chile. Encontravam-se ali também Fernando Henrique Cardoso, Cândido Procópio de Camargo e Lúcio Kowarick. Há um capítulo (publicado naquele livro clássico de Castells, 1973) desses três sociólogos, no qual procuram tecer explicações para o processo de urbanização, para a estrutura urbana, como também para o fenômeno da migração e produção de uma marginalidade na cidade de São Paulo.

O trio de sociólogos paulistas corroborava a teoria explicativa proposta por Castells, qual seja, da “urbanização dependente”. Com essa concepção em mente, Cardoso, Camargo e Kowarick (1973) argumentam que a cidade de São Paulo aceitou a deflagração do desenvolvimento, sem, contudo, contar com um mínimo de infraestrutura urbana. Sustentam que o Poder Público em São Paulo não se posicionara em direção ao desenvolvimento urbano da metrópole. Essa carência de ação pública era, sobretudo, visível no uso do solo. A metropolização foi orientada pelo setor privado da economia que organizou parcialmente o desenvolvimento urbano segundo seus interesses. Os grupos ligados à especulação imobiliária lotearam a cidade de acordo com critérios próprios, sem intervenção da prefeitura.

Para se ter uma ideia, durante o período desenvolvimentista dos anos 1940, quando houve, segundo os três sociólogos, a intensa ocupação urbana, as prefeituras da metrópole São Paulo prescindiam de instrumentos eficazes para orientar o processo de ocupação do solo. Somente no ano 1965 que se aprovou uma lei para regulamentação do solo na zona considerada rural da cidade de São Paulo.

Nesse cenário, o fenômeno migração não se mostra aos sociólogos como positivo. Para eles, esse fenômeno impôs uma mudança de sociabilidade dos indivíduos que viviam naquela cidade. Como a cidade não oferece acesso a bens e valores culturais, os recém-chegados e as faixas de população de baixa renda irão

experienciar uma *cultura da pobreza*. Estilo de vida que decorre de níveis econômicos precários e de padrões sociais deficientes para enfrentar os desafios que a cidade grande impõe. Assim, *marginalidade e pobreza* ocorrem paralelamente ao dinamismo industrial e configuram uma situação de dependência do modelo de industrialização que se implantou em São Paulo.

Como o desenvolvimento não precedeu a industrialização, a cidade passou a ter dificuldade de deixar de pensar no seu habitante apenas como trabalhador. A dependência gera a marginalidade e intensifica a pobreza, impedindo, portanto, que os indivíduos consigam incorporar e usufruir dos aspectos modernos da vida metropolitana: aprender, viver ludicamente e se realizar enquanto ser social.

Alejandro Portes questiona que as mudanças que se manifestaram na América Latina possam ser atribuídas a fatores idiossincráticos. Para sua experiência comparativa, Alejandro Portes selecionou três países da América Latina. Uruguai e Chile porque foram países cujo processo de industrialização e urbanização ocorreu cedo. Neles, o surgimento do proletariado urbano foi acompanhado pelo sistema de bem-estar social e legislação trabalhista. O crescimento desses países se concentrou nas cidades capitais, gerando altos níveis de primazia urbana. Já a Colômbia teve um padrão de desenvolvimento industrial, urbanização e regulação de mercado trabalhista próprios. É o único caso de ausência de acentuada primazia urbana.

Alejandro Portes contradiz as teses dos cepalinos acerca da urbanização, defendendo uma desaceleração da primazia urbana. Para ele, a explosão urbana não pode ser explicada através da demográfica. Os efeitos da mudança nos padrões de fertilidade ocorrem paralelamente a outros fenômenos. Essa mudança, sustenta Portes (1989), não teve poder de influenciar a migração e a primazia urbana, pois este último pode se expandir, mesmo na ausência de crescimento demográfico.

Depois de mais de uma década, no livro "*Ciudades Latinoamericanas: un análisis comparativo en el umbral del nuevo siglo*", Portes y Roberts (2005) trazem um estudo comparativo sobre o caráter e a evolução das cidades latino-americanas durante as últimas décadas do século XX e início do séc. XXI. Analisam período que coincide com o fim do modelo de industrialização por substituição de importações. E o novo modelo de abertura de mercados, inspirado na economia ortodoxa.

Seu estudo comparativo toma por base 6 países (Argentina, Brasil, Chile, México, Peru e Uruguai) que juntos somam mais de 80% da população de toda América Latina. Analisam informação do Censo e questões representativas existentes. Baseiam-se em acordos colaborativos com equipes de pesquisadores nos 6 países que conduziram investigação intensa de temas baseados numa estrutura

metodológica comum, como “sistema e primazia urbana”, “desemprego urbano e emprego informal”, “pobreza e desigualdade”, “delinquência, vitimização e insegurança urbana”.

A partir desse estudo comparativo, Portes e Roberts observam que, em meados do século XX, políticas de Industrialização por Substituição de Importação impactaram diretamente a características das cidades latino-americanas. As cidades experimentam um rápido processo de urbanização, centrado em uma ou duas cidades do país. Esses países experimentaram migração interna massiva, surgimento de moderna classe trabalhadora industrial e classe média em serviços governamentais e indústrias privadas, crescimento de classe trabalhadora “informal”, auto empregadas em múltiplas atividades industriais e serviços fora do setor moderno, aumento da população que representou uma pressão sobre o mercado de terras e residências. Esse quadro fez proliferar bairros e assentamentos irregulares na periferia das cidades. Ao passo que as elites e classe média também abandonaram o centro para se realocarem em áreas que foram, anteriormente, ocupadas por pobres.

Essa movimentação de classes pobres e ricas pelo espaço urbano acentuou a polarização espacial, ao mesmo tempo em que os bairros de elite e setores médios tornaram-se mais heterogêneos devido à sua proximidade com assentamentos de baixa renda.

O crescimento econômico sustentado durante o período de ISI fomentou aumento de mobilidade para o migrante pobre. Também foi sob a vigência do ISI que os movimentos sociais populares impulsionaram os processos de mobilidade ascendente através das lutas por melhores condições de emprego.

Por todas esses aspectos, a sociedade urbana durante o período de ISI pode ser considerada como fundamentalmente organizada. Nos seis países, os resultados mostraram tendências manifestas de crescimento contínuo da população urbana, redução do tamanho relativo das cidades principais ou, no caso do Brasil, das cidades dominantes (Rio de Janeiro e São Paulo). O crescimento das cidades principais diminuiu e seu relativo domínio sobre o sistema urbano nacional também declinou.

Os autores concluem que, ao fim do modelo ISI e à chegada do neoliberal, houve um efeito significativo na reorganização do sistema. Essa reorganização se apoiou no processo de transformação dos sistemas urbanos daqueles países associado ao surgimento do novo modelo macroeconômico. Nos países onde o novo modelo não foi ou foi levemente aplicado, os níveis de primazia urbana permaneceram inalterados. Já em países onde o modelo gerou novas inversões concentradas em

torno das cidades principais, cresceram os níveis de primazia e novas megacidades começaram a surgir.

4. As Metrôpoles do Capitalismo Histórico: Mercado e Estado

Não é satisfatório explicar a metropolização latino-americana através de nenhuma dessas linhas de pesquisa separadamente. As matrizes dos processos latino-americanos não podem ser reduzidas a um ou outro modelo que generaliza os fenômenos urbanos a partir da experiência histórica dos países desenvolvidos. O desafio que precisamos enfrentar é articular as particularidades empíricas das metrôpoles latino-americanas, levando-se em conta a história de cada país, às condições da economia mundial.

Penso que o tamanho das nossas metrôpoles, suas desigualdades, suas favelas e periferias, sua violência são corolárias da disjunção entre economia, sociedade e território que caracteriza a nossa expansão periférica na economia-mundo capitalista. A imagem que traduz esta idéia é a descrição que fez Braudel sobre a disjunção ocorrida à época da formação da economia-mundo entre os planos e o tempo da vida material e cotidiana da maioria da população, que construía a sua sobrevivência diária praticamente à margem da rede de trocas organizada sob a hegemonia das “altas finanças” que atravessava as regiões da Europa.

Proponho pensar a metropolização na América Latina através da ótica dos conceitos de economia-mundo e sistema inter-estatal (Arrighi, 1995) e (Braudel, 1979 y 1985). A economia-mundo vem se expandindo desde o século XV sob dois movimentos históricos: a construção da ordem inter-estatal, dando nascimento aos Estados Territoriais e depois aos Estados Nacionais e à construção da ordem industrial. Vamos focalizar a nossa reflexão na busca de nexos da metropolização como a expressão da geografia criada pelo capitalismo nesta parte da economia-mundo.

O mundo capitalista foi constituído por uma ordem gerada pela aliança entre o poder político e os donos do dinheiro. Esta aliança fez nascer um capitalismo globalizado desde seu nascimento e que se desenvolve tendo como força a dinâmica de um sistema de competição inter-estatal. Esta dinâmica criou uma geografia mundial baseada na constituição de sucessivos núcleos, semiperiferias e periferias.

A formação do Estado-Nação e a constituição da ordem industrial nos países do centro da economia-mundo desencadearam um duplo movimento histórico, responsável pela Grande Transformação do capitalismo entre os séculos XIX e XX. Este movimento histórico para K. Polanyi apresenta dois princípios organizadores da sociedade (liberal), cada um deles determinando os seus objetivos institucionais específicos, com o apoio de forças sociais definidas e utilizando diferentes métodos próprios. Um foi o liberalismo econômico, que objetivava estabelecer um mercado auto-regulado, dependia do apoio das classes comerciais e usava principalmente o *laissez-faire* e o livre-comércio como seus métodos. O outro foi o princípio de proteção social, cuja finalidade era preservar o homem e a natureza, além da organização produtiva, e que dependia do apoio daqueles mais imediatamente afetados pela ação deletéria do mercado – principalmente as classes trabalhadoras e fundiárias – que utilizava a legislação protetora, associações restritivas e outros instrumentos de intervenção como seus métodos. (Polanyi, 1980).

No coração da economia-mundo estes dois movimentos se traduziram no internacionalismo transformado em nacionalismo-liberal associado ao imperialismo. O Estado passa a atuar na proteção dos seus mercados nacionais. Como disse Polanyi: “Na verdade, o novo nacionalismo foi o corolário do novo internacionalismo.” (Polanyi, 1980: 198). Na formação dos Estados Nacionais dos países da semi-periferia e na periferia da economia-mundo, estes dois princípios atuaram de maneira desigual.

Para Fiori (1999 y 2001), estes dois princípios enunciados por Polanyi seriam universais na medida em que expressam duas contradições essenciais ou materiais do capitalismo: contradição entre capital e trabalho e a entre globalidade dos seus fluxos econômicos e a territorialidade da gestão política. Fiori identifica a dificuldade de Polanyi de pensar o desenvolvimento desigual e este duplo movimento em termos de tempo e formas, “produzindo efeitos igualmente distintos nas várias sociedades nacionais.” (Idem: 172). O desenvolvimento destes dois movimentos históricos é desigual porque obedece ao (i) desenvolvimento territorial desigual do capitalismo e (ii) é impulsionado pela competição e hierarquização do poder dos Estados nacionais. É exatamente isso que nos interessa sublinhar: apesar de sua universalidade, esses dois princípios atuam de forma completamente diferente fora do núcleo original (norte-europeu) do sistema. Entretanto, para poder introduzir essa dimensão histórico-territorial é necessário primeiro clarificar, conceitualmente, algumas distinções no raciocínio de Polanyi.

Em primeiro lugar, o princípio da auto-proteção promoveu a auto-regulação das relações sociais internas de cada país, resultando em uma politização das relações de

classe, forçando uma lenta democratização dos sistemas políticos europeus. Em segundo lugar, a proteção social também se manifestou sob a forma de uma auto-proteção nacional através da regulação estatal das relações econômicas externas de cada país, uma política do tipo neo-mercantilista. Mas este segundo princípio somente se realizou no núcleo da economia-mundo, envolvendo os países centrais e seus sócio próximos. Estes países impõem uma proteção nacional e, ao mesmo tempo, no plano internacional o livre-cambismo e políticas liberal-internacionalizantes. Fazendo esta diferenciação, Fiori constata que os dois movimentos do desenvolvimento do capitalismo se realizaram de formas distintas no núcleo e na semi-periferia. O princípio internacional-liberalizante foi imposto pelo poder material e cultural da potência econômica dominante.

Como periferia desta economia-mundo, a América Latina teve como particularidade histórica o fato de ter um Estado territorial independente desde o século XIX, mas tal fato não desencadeou o movimento de auto-proteção nas sua dupla dimensão: a nacional e a social. Frente ao sistema interestatal conformado globalmente, os Estados na América Latina não se colocam em confrontação com o movimento liberal-expansionizante. Tampouco, ocorreu no continente um expansionismo regional. Este fato ocorreu em outras periferias constituídas pelo economia mundo e pelo sistema interestatal. Por exemplo, no sudeste asiático com a conformação do Estado Japonês. O fato é que no continente latino-americano “os estados nacionais não participam da competição interestatal como tampouco sua competição regional ocupa lugar de destaque na multiplicação das riquezas nacionais.” (Fiori, 1999: 175)

Neste ponto, Fiori lembra os ensinamentos de Charles Tilly que confrontando os processos de formação dos Estados na Europa, América Latina e na Ásia, observa que eles “diferem grandemente no que diz respeito tanto à organização interna quanto à posição dentro do sistema universal de estado [...] e] ao estender-se ao mundo não europeu, o sistema de estados não continuou simplesmente o mesmo. (Tilly, 1996: 278).

Quais as consequências para o processo de metropolização na América Latina?

A formação e evolução das nossas metrópoles expressam o efeito das forças liberalizantes. No desenvolvimento do capitalismo no continente, desde a sua origem, a formação do Estado-Nação não gerou a necessidade histórica da constituição de um sistema de proteção nacional, tampouco a emergência de uma ordem capitalista industrial tornou necessária a transformação deste sistema ampliado para a proteção

do trabalho e da terra. Como periferia do movimento histórico de expansão do capitalismo globalizado (denominado pelos autores aqui referidos como a economia-mundo), sempre tivemos posição marginal no sistema de competição interestatal.

Ao mesmo tempo, onde ocorreu um processo de industrialização, a força de trabalho foi constituída pelo intenso movimento migratório interno e externo, portanto, por um intenso movimento de mercantilização do trabalho. A cidade da industrialização com “massa marginal” permitiu que a formação da classe operária fosse vivida como um processo de mobilidade social ascendente já que era associada à intensa migração dos camponeses empobrecidos do campo, consequência dos efeitos de desarticulação das economias regionais provocada pelas relações de dependência.

A migração foi um fator de “mobilidade social ascendente” para estes trabalhadores, dadas as enormes disparidades de condições de vida. A formação de um extenso exército industrial de reserva na cidade. No caso brasileiro, podemos dizer que, por um lado, nossa industrialização em sua gênese prescindiu de um urbano como força produtiva capaz de fornecer os meios necessários à reprodução coletiva do capital e da força de trabalho, em razão do seu caráter autárquico. Por outro, a indústria nascente produziu, com efeito, o seu “urbano”, através do modelo da “servidão burguesa” (Leite Lopes, 1982).

Parece-nos importante ainda acrescentar à metropolização no Brasil, e creio que podemos generalizar para a América Latina, a constituição de um “mercantilismo urbano” resultante da relação entre o Estado, as forças liberal-internacionalizantes e as forças liberais-nacionais, expressa no que Carlos Lessa e Sulamis Dain chamaram de “sagrada aliança”. (Lessa y Dain, 1984). A "sagrada aliança" assegurou a convergência de interesses entre os capitais nacionais dominantes em órbitas não-industriais e os capitais internacionalizados, de tal forma de uma coalisão de interesses que comandou de maneira liberal e conservadora a inserção dos países da América Latina na expansão e difusão do capitalismo globalizado.

Para tanto, o Estado vem cuidando para que sejam obedecidas duas cláusulas: a divisão das órbitas de acumulação e a distribuição horizontal da mais-valia, de forma que ocorra a equalização de lucratividade dos capitais nas duas órbitas. A cidade e, em especial, a metrópole foi usada nesta sagrada aliança como fronteira de viabilização dos interesses mercantis nacionais na forma de vários circuitos de acumulação sustentados pela produção e apropriação da cidade. Circuitos relacionados com os mercados imobiliários e fundiários, a construção de obras de equipamentos coletivos através da encomenda do Estado, a exploração dos serviços

urbanos através de permissões e concessões, chegando até ao comércio ambulante de caráter territorial.

O Estado atuou ativamente na gestão da harmonia da coalisão de interesses deste capitalismo liberal-internacionalizante garantindo suas condições e promovendo a permanente mercantilização da cidade. Ao mesmo tempo, a metrópole desta política do *laissez-faire urbano* teve como contrapartida a utilização da metrópole como fronteira aberta a massa marginal que expressa o intenso processo de mercantilização da força de trabalho. Este outro lado da gestão das metrópoles operada por esta coalisões de interesses foi, portanto, uma espécie de política perversa de tolerância total com todas as formas de ilegalidade e irregularidade no uso e ocupação do território das metrópoles.

Em conclusão, enquanto no núcleo a competição interestatal e aliança entre Estado e os donos do dinheiro desencadeou um momento de regulação nacional e social como forma de regular o conflitos entre globalização e fixação territorial do capital e entre capital e trabalho, no qual a cidade e o trabalho foram parcialmente desmercantilizado para assegurar a expansão do capital, na América Latina esta expansão leva ao seu contrário, ou seja, a intensa mercantilização do trabalho e da cidade, o que se constitui o núcleo explicativo do nosso processo de metropolização. Mas, esta dinâmica ocorreu de maneira diferenciada em termos de intensidade nos países do continente, em função dos seus processos de constituição dos Estados-Nações e da ordem industrial.

Bibliografia

- ARANTES, Pedro Fiori, 2009, "Em busca do urbano: marxistas e a cidade de São Paulo nos anos de 1970", *Novos estudos*, 83, Março 2010, CEBRAP, São Paulo, Brasil.
- ARRIGHI, Giovanni, 1995, *O longo século XX*, Contraponto, Rio de Janeiro/São Paulo, Brasil.
- BORJA, Jordi, 2003, *La Ciudad Conquistada*, Alianza Editorial, Madrid, España.
- BOURDIEU, Pierre y Loïc Wacquant, 2002, "Sobre as Artimanhas da Razão Imperialista", *Estudos afro-asiát.*, Universidade Cândido Mendes, Rio de Janeiro, Brasil.
- BOURDIEU, Pierre, 1996, *Razões Práticas: sobre a teoria da ação*, Papirus, Campinas SP, Brasil.
- BRAUDEL, Fernand, 1979, *Civilisation matérielle, économie et capitalisme, Xve-XVIIIe siècle*, Armand Colin, Paris, França.
- BRAUDEL, Fernand, 1985, *La Dynamique du capitalisme*, Arthaud, Paris, França.
- CALDEIRA, Teresa, 2001, *Cidade dos muros, Crime, segregação e cidadania em São Paulo*. EDUSP, São Paulo, Brasil.

- CARDOSO, Fernando H., Cândido P. F. Camargo y Lúcio Kowarick, 1973, *Consideraciones sobre el desarrollo de São Paulo: cultura y participación*, en Manuel Castells (Comp.), 1973, *Imperialismo y urbanización en América Latina*, Gustavo Gili, Barcelona, España.
- CASTELLS, Manuel, 1973, *Imperialismo y Urbanización en América Latina*, Gustavo Gili, Barcelona, España.
- CONNELL, Raewyn, 2007, "The Northern Theory of Globalization", *Sociological Theory*, 25(4).
- CONNELL, Raewyn, 2007, "Southern Theory: The Global Dynamics of Knowledge", *The Social Sciences*, Allen and Unwin, Sydney, Australia.
- CORAGGIO, José Luis, 1989, *Investigación urbana en América Latina*, Vol. 1, Ciudad, Quito, Ciudad.
- CORAGGIO, José Luis, 1990, "Dilemas de la investigación urbana desde una perspectiva popular en América Latina", en José Luis Coraggio (ed.), *La investigación Urbana en América Latina*. Vol. 3. Las ideas y su contexto, Ciudad, Quito, Ecuador.
- FIORI, José Luis, 1995, *O Vô da Coruja: Uma leitura não liberal da crise do estado desenvolvimentista*, Ed. UERJ, Rio de Janeiro, Brasil.
- FIORI, José Luis (Org.), 1999, *Estados e moedas no desenvolvimento das nações*, Vozes, Petrópolis RJ, Brasil.
- FIORI, José Luis, 2001, *Brasil no Espaço*, Vozes, Petrópolis RJ, Brasil.
- GORELIK, Adrián, 2005, A produção da "cidade latino-americana". *Tempo Soc.* [online], vol.17, n.1 [citado 2011-12-07], pp. 111-133 . Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-20702005000100005&lng=pt&nrm=iso>.
- HARVEY, David, 2003, *Espacios de Esperanzas*, Alcal, Madri, España.
- HARVEY, David, 2007, "Notas hacia uma Teoria del Desarrollo Geográfico Desigual. GeoBaireS". *Cuadernos de Geografía*, Mayo de 2007.
- KOWARICK, Lúcio, 1975, *Capitalismo e Marginalidade Urbana na América Latina*, Paz e Terra, Rio de Janeiro, Brasil.
- KOWARICK, Lúcio, 1979, *A Espoliação Urbana*, Paz e Terra, Rio de Janeiro, Brasil.
- LESSA, C. y S. Dain, 1984, "Capitalismo asociado: algumas referências para o tema Estado e Desenvolvimento", en *Desenvolvimento e Capitalismo no Brasil*, Brasiliense, São Paulo, Brasil.
- LIPIETZ, Alain, 1989, "Fordismo, Fordismo Periférico e Metropolização", *Ensaio FEE*, 10, Segundo semestre de 1989, Porto Alegre, Brasil.
- MARX, Karl, 1980, *O capital*, Civilização Brasileira, Rio de Janeiro, Brasil.
- MARX, Karl, 1982, "O Método da Economia Política", en *Introdução à Crítica da Economia Política*, Abril Cultural, São Paulo, Brasil.
- MOISÉS, José Álvaro y Verena Martinez-Alier, "As Rebeliões no subúrbio", Salvador: Centro de Estudos e Ação Social, nº 49, maio/jun. 1977, (Cadernos do CEAS)
- MORSE, Richard, 1988, *O espelho de Próspero: cultura e idéias nas Américas*, Cia das Letras, São Paulo, Brasil.

- POLANYI, Karl, 1980, *A Grande Transformação, as Origens da Nossa Época*, Campus, Rio de Janeiro, Brasil.
- PORTES, Alejandro y Bryan Roberts, “La ciudad bajo el libre mercado. La urbanización en América Latina durante los años del experimento neoliberal” en Alejandro Portes, Bryan Roberts y Alejandro Grimson, 2005, *Ciudades latinoamericanas: un análisis comparativo en el umbral del nuevo siglo*, Prometeo Libros, Buenos Aires, Argentina.
- PORTES, Alejandro, 1989, “La urbanización de América Latina en los años de crisis”, en LOMBARDI, M. y D. Veiga (Org.), *Las ciudades en conflicto: Una perspectiva latinoamericana*, Banda Oriental, Montevideo, Uruguay.
- QUIJANO, Aníbal, 1973, “La Formación de un Universo Marginal en las Ciudades de América Latina” en Manuel Castells, (Comp.). *Imperialismo y Urbanización en América Latina*, Gustavo Gili, Barcelona, España.
- RIBEIRO, Luiz Cesar de Q. y Robert Pechman (orgs.), 1996, *Cidade, povo e nação, Gênese do urbanismo moderno*, Civilização Brasileira, Rio de Janeiro, Brasil.
- SINGER, Paul, 1973, “Urbanización, dependencia y marginalidad en América latina”, en Manuel Castells (Comp.), 1973, *Imperialismo y urbanización en América Latina*, Gustavo Gili, Barcelona, España.
- SINGER, Paul, 1987, “Migrações Internas: considerações teóricas sobre o seu estudo” en: *Economia Política da Urbanização*, Brasiliense, São Paulo, Brasil.
- TILLY, Charles, 1996, *Coerção, Capital e Estados Europeus*, EDUSP, São Paulo, Brasil.
- TOURAINÉ, Alan, 1976, *Les Sociétés Dependentes*, Gembloux-Duculot, Paris, França.
- TOPALOV, Christian, 1996, “Da questão social aos problemas urbanos: os reformadores e a população das metrópoles no século XX”, en Luiz Cesar de Q. Ribeiro y Robert Pechman (orgs), 1996, *Cidade, Povo e Nação, Gênese do urbanismo moderno*, Civilização Brasileira, Rio de Janeiro, Brasil.
- WALLERSTEIN, Immanuel, 1985, *O capitalismo histórico*, Brasiliense, São Paulo, Brasil.
- WEBER, Max, 2001, “A ‘Objetividade’ do Conhecimento na Ciência Política”, em *Metodologia das Ciências Sociais*, Editora da Unicamp, Cortez Editora São Paulo, Campinas y São Paulo, Brasil.
- WEBER, Max, 2004, *Economia e Sociedade: Fundamentos da Sociologia Compreensiva*, Vol. 1, Ed. da UnB y Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, Brasília y São Paulo, Brasil.